

# X PROCESSO SELETIVO p/ ESTÁGIO EM DIREITO



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## Caderno de Provas

### Direito

ESTE CERTAME É COMPOSTO DE **PROVA OBJETIVA**:  
CONTENDO 40 (QUARENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 4 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C e D, HAVENDO APENAS UMA CORRETA;

VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL. RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

#### LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme orientação do fiscal de sala.

Não haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.

#### Por motivo de segurança:

O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova; Somente faltando 2 (duas) horas para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;

Ao término da prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão Resposta.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas, poderá implicar a anulação da sua prova.

DURAÇÃO DA PROVA

🕒 4 HORAS

**8 de Março - Dia Internacional da Mulher. Parabéns, mulheres!**

*"Quanto mais ignorante é um povo tanto mais fácil é a um governo absoluto exercer sobre ele o seu poder. É partindo desses princípios, tão contrário à marcha progressista da civilização, que a maior parte dos homens se opõe a que se facilite à mulher os meios de cultivar o seu espírito." Nisia Floresta (1810-1885), considerada uma das primeiras educadoras feministas do Brasil.*

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

1.



A imagem acima, reprodução do quadro “A liberdade guiando o povo”, de Eugène Delacroix, retrata a Revolução Francesa, evento histórico determinante para o Direito Constitucional. Sobre o constitucionalismo, suas características, transformações e reflexos no Brasil, é correto afirmar que:

- Os marcos históricos do neoconstitucionalismo foram a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos da América.
- O continente americano marcou o chamado constitucionalismo social com a Constituição dos Estados Unidos da América, embora não haja na Constituição Federal de 1988, no Brasil, direitos sociais.
- No marco teórico do neoconstitucionalismo, podem ser apontadas transformações no que diz respeito a aspectos da força normativa da constituição, da jurisdição constitucional e da hermenêutica constitucional.
- O constitucionalismo liberal buscava assegurar mais poderes nas mãos do monarca absolutista.

2. O estudo da norma e da interpretação constitucional ganhou especial atenção na segunda metade do último século. Sobre questões relacionadas ao tema, é correto afirmar que:

- Deve-se interpretar a constituição com os mesmos métodos clássicos que são utilizados para interpretar a lei, sem que haja qualquer diferença apontada pela doutrina.
- A mutação constitucional ocorre com a mudança do sentido desvelado pelo texto constitucional, o que é vedado no Brasil.
- A aplicação do princípio da proporcionalidade demanda a análise de três aspectos: a adequação,

a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito.

d) Com o neoconstitucionalismo, regras e princípios passaram a ser compreendidos como sinônimos, de modo que cessaram os debates a fim de diferenciá-los.

3.



Emmanuel Joseph Sieyès, o Abade de Sieyès, autor do texto político O que é o Terceiro Estado?, marco no desenvolvimento dos estudos sobre o Poder Constituinte.

Sobre o Poder constituinte, está correto o que se afirma na seguinte assertiva:

- O Poder Constituinte Derivado Reformador é ilimitado.
- Embora classicamente o Poder Constituinte Originário seja caracterizado como ilimitado, é possível dizer que há limites apontados pela doutrina constitucionalista, como de ordem ética e cultural relativos à identidade da nação de que decorre.
- Os Estados Membros podem elaborar sua própria constituição por força do Poder Constituinte Difuso, conhecido também como Poder Constituinte Derivado Revisor.
- A revisão constitucional é expressão do Poder Constituinte Derivado Decorrente e ocorre no Brasil a cada 5 (cinco) anos.

4. Analise a seguinte situação hipotética:

Em 2019, foi feita alteração legislativa para incluir majorante antes não prevista no Código Penal. Contudo, tal alteração violou flagrantemente os princípios da proporcionalidade da punição (proibição de excesso), da individualização da pena, separação dos poderes e igualdade material. José, assistido pela Defensoria Pública, foi denunciado por dado crime com base também na sobredita



majorante, estando o processo em fase de alegação final.

Diante disso, a medida mais adequada para o(a) Defensor(a) Público(a) que atua no caso é:

- Considerando a hipótese de grave violação de direitos humanos, o(a) Defensor(a) Público(a), com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- Ingressar com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no Supremo Tribunal Federal, devendo esta ser a primeira opção de tentativa de acesso à jurisdição constitucional, buscando efeito *inter partes*.
- Promover pedido de controle difuso de constitucionalidade no bojo das alegações finais, a fim de que o juízo de primeiro grau possa fazê-lo, produzindo efeitos, de regra, *ex tunc* e *inter partes*.
- Ingressar com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, suspendendo o processo na comarca, a fim de obter efeitos erga omnes, não restringindo a decisão às partes, e *ex tunc*, considerando a nulidade das normas inconstitucionais, evitando, inclusive, a repetição de casos idênticos.

#### DIREITO CIVIL

**5.** Salomão, solteiro, sem filhos, 65 anos, é filho de Lígia e Célio, que faleceram recentemente e eram divorciados. Ele é irmão de Bernardo, 35 anos, médico bem-sucedido, filho único do segundo casamento de Lígia. Salomão, por circunstâncias sociais, não mantinha contato com Bernardo.

Em razão de uma deficiência física, Salomão nunca exerceu atividade laborativa e sempre morou com o pai, Célio, até o falecimento deste. Com frequência, seu primo Marcos, comerciante e grande amigo, o visita.

Com base no caso apresentado, assinale a opção que indica quem tem obrigação de pagar alimento a Salomão.

- Por ser irmão unilateral, Bernardo não deve, em hipótese alguma, alimentos a Salomão.
- Bernardo, no caso de necessidade de Salomão, deve arcar com alimentos.
- Bernardo e Marcos deverão dividir alimentos, entre ambos, de forma igualitária.
- Marcos é obrigado a pagar alimentos a Salomão, no caso de necessidade deste.

**6.** Aldo e Mariane são casados sob o regime da comunhão parcial de bens, desde setembro de 2013. Em momento anterior ao casamento, Rubens,

pai de Mariane, realizou a doação de um imóvel à filha. Desde então, a nova proprietária acumula os valores que lhe foram pagos pelos Locatários do imóvel.

No ano corrente, alguns desentendimentos fizeram com que Mariane pretendesse se divorciar de Aldo. Para tal finalidade, procurou a Defensoria Pública, informando que a soma dos aluguéis que lhe foram pagos desde a doação do imóvel totalizava R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo que R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) foram auferidos antes do casamento e o restante, após. Mariane relatou, ainda, que atualmente o imóvel se encontra vazio, sem locatários.

Sobre essa situação e diante de eventual divórcio, assinale a afirmativa correta.

- Tendo em vista que o imóvel locado por Mariane é seu bem particular, os aluguéis por ela auferidos não se comunicam com Aldo.
- Aldo tem direito à meação dos valores recebidos por Mariane, durante o casamento, a título de aluguel.
- Aldo faz jus à meação tanto sobre a propriedade do imóvel doado a Mariane por Rubens, quanto sobre os valores recebidos a título de aluguel desse imóvel na constância do casamento.
- Quanto aos aluguéis, Aldo tem direito à meação sob o total dos valores.

**7.** Alberto, adolescente, obteve autorização de seus pais para casar-se aos dezesseis anos de idade com sua namorada Gabriela. O casal viveu feliz nos primeiros meses de casamento, mas, após certo tempo de convivência, começaram a ter constantes desavenças. Assim, a despeito dos esforços de ambos para que o relacionamento progredisse, os dois se divorciaram pouco mais de um ano após o casamento. Muito frustrado, Alberto decidiu reunir algumas economias e adquiriu um pacote turístico para viajar pelo mundo e tentar esquecer o ocorrido. Considerando que Alberto tinha dezessete anos quando celebrou o contrato com a agência de turismo e que o fez sem qualquer participação de seus pais, o contrato é:

- nulo, pois Alberto é absolutamente incapaz.
- anulável, pois Alberto é relativamente incapaz.
- ineficaz, pois Alberto não pediu a anuência de Gabriela.
- válido, pois Alberto é plenamente capaz.

**8.** Arnaldo, publicitário, é casado com Silvana, advogada, sob o regime de comunhão parcial de bens. Silvana sempre considerou diversificar sua atividade profissional e pensa em se tornar sócia de uma sociedade empresária do ramo de tecnologia. Para realizar esse investimento, pretende vender um apartamento adquirido antes de seu casamento com Arnaldo; este, mais conservador na área

negocial, não concorda com a venda do bem para empreender.

Sobre a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- A autorização de Arnaldo para alienação por Silvana é necessária, por conta do regime da comunhão parcial de bens.
- Silvana não precisa de autorização de Arnaldo para alienar o apartamento, pois se trata de bem particular.
- A autorização de Arnaldo para alienação por Silvana é necessária e decorre do casamento, independentemente do regime de bens.
- Silvana não precisa de autorização de Arnaldo para alienar o apartamento, pois destina-se ao incremento da renda familiar.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**9.** Quanto a atuação da Defensoria Pública na qualidade de guardião dos vulneráveis (*custos vulnerabilis*), assinale a alternativa correta:

- A decisão que admite o seu ingresso no processo precisa ser confirmada pela maioria absoluta do órgão colegiado do Tribunal de Justiça local.
- Não possui fundamento no ordenamento jurídico brasileiro, motivo pela qual a decisão que a admite no feito é nula e a Defensoria Pública deve ser excluída do feito quando não couber a sua atuação como *amicus curiae*.
- É possível desde que se restrinja ao mero acompanhamento do processo, sendo vedada a prática de atos processuais pela Defensoria Pública.
- Representa uma forma interventiva da Defensoria Pública em nome próprio e favor de seus interesses institucionais, sendo-lhe permitida a interposição de recursos.

**10.** Pedro propõe execução de alimentos, fundada em título extrajudicial, em face de Augusto, seu pai, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Regularmente citado, Augusto não efetuou o pagamento do débito, não justificou a impossibilidade de fazê-lo, não provou que efetuou o pagamento e nem ofertou embargos à execução. Pedro, então, requereu a penhora do único bem pertencente a Augusto que fora encontrado, qual seja, R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que estavam depositados em caderneta de poupança. O juiz defere o pedido.

Sobre a decisão judicial, assinale a afirmativa correta.

- Ela foi correta, pois o Código de Processo Civil permite a penhora de quaisquer valores depositados em aplicações financeiras.
- Ela foi equivocada, na medida em que o Código de Processo Civil assegura a impenhorabilidade da caderneta de poupança até o limite de cem salários-

mínimos, independentemente da natureza do débito.

c) Ela foi correta, pois o Código de Processo Civil admite a penhora de valores depositados em caderneta de poupança para o cumprimento de obrigações alimentícia.

d) Ela foi equivocada, pois valores depositados em caderneta, em toda e qualquer hipótese, são impenhoráveis.

**11.** Julieta ajuizou demanda em face de Rafaela e, a fim de provar os fatos constitutivos de seu direito, arrolou como testemunhas Fernanda e Vicente. A demandada, por sua vez, arrolou as testemunhas Pedro e Mônica.

Durante a instrução, Fernanda e Vicente em nada contribuíram para o esclarecimento dos fatos, enquanto Pedro e Mônica confirmaram o alegado na petição inicial. Em razões finais, o defensor público da autora requereu a procedência dos pedidos, ao que se contrapôs o patrono da ré, sob o argumento de que as provas produzidas pela autora não confirmaram suas alegações e, ademais, as provas produzidas pela ré não podem prejudicá-la.

Consideradas as normas processuais em vigor, assinale a afirmativa correta.

- O defensor público da demandante está correto, porque a prova, uma vez produzida, pode beneficiar parte distinta da que a requereu.
- O defensor público da demandante está incorreto, pois o princípio da aquisição da prova não é aplicável à hipótese.
- O defensor público da demandada está incorreto, porque as provas só podem beneficiar a parte que as produziu, segundo o princípio da aquisição da prova.
- O defensor público da demandada está correto, pois competia à demandante a prova dos fatos constitutivos do seu direito.

**12.** Um defensor público elabora uma petição inicial em observância aos requisitos legais. Da análise da peça postulatória, mesmo se deparando com controvérsia fática, o magistrado julga o pedido improcedente liminarmente. Diante dessa situação, o patrono do autor opta por recorrer contra o provimento do juiz, arguindo a nulidade da decisão por necessidade de dilação probatória.

Com base nessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- Não existem hipóteses de improcedência liminar no atual sistema processual, por traduzirem restrição do princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional e ofensa ao princípio do devido processo legal.
- Somente a inépcia da petição inicial autoriza a improcedência liminar dos pedidos.

c) Nas hipóteses em que há necessidade de dilação probatória, não cabe improcedência liminar do pedido.

d) O defensor público pode aduzir que, antes de proferir sentença extintiva, o juiz deve, necessariamente, determinar a emenda à inicial, em atenção ao princípio da primazia de mérito.

#### DIREITO PENAL

**13.** A legítima defesa é uma excludente de ilicitude prevista no art. 25 do Código Penal. Diante disso, marque a alternativa correta:

a) A legítima defesa como forma de exclusão de antijuridicidade se dá diante de uma agressão injusta, entendida como aquela realizada mediante comportamento do agressor que implique em crime doloso.

b) A legítima defesa é uma excludente de ilicitude que não pode ser usada em face de uma legítima defesa putativa, já que só ocorre em caso de uma agressão criminosa.

c) Qualquer bem jurídico pode ser defendido via legítima defesa, desde que a agressão (criminosa ou não) contra ele injusta, atual ou iminente, e haja proporcionalidade no ato de defesa.

d) A legítima defesa é meio de exclusão de ilicitude em face de qualquer agressão, desde que os bens jurídicos atacados sejam o patrimônio, a vida ou a integridade corporal.

**14.** Dentro do "Iter Crimines" (caminho do crime) é possível identificar a figura da tentativa abandonada. Diante desse instituto assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) A tentativa está no âmbito da execução, pois após a cogitação e os atos preparatórios, o crime apenas não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente.

b) A natureza jurídica da tentativa abandonada (desistência voluntária e arrependimento eficaz) é de causa excludente da tipicidade por afastar a tipicidade do crime inicialmente desejado pelo agente, subsistindo a tipicidade dos atos já praticados.

c) A voluntariedade e a espontaneidade da interrupção da execução do crime são requisitos caracterizadores fundamentais das hipóteses de desistência voluntária.

d) A tentativa abandonada engloba a desistência voluntária e ao arrependimento eficaz, sendo que em ambos a consumação do crime não ocorrem em razão da vontade do agente, que não chega ao resultado desejado por interromper o processo executório do delito (no caso da desistência) ou, esgotada a execução, emprega diligências eficazes para impedir o resultado (no caso do arrependimento eficaz).

**15.** Mévio queria matar Tício. Quando este passou próximo ao local em que se postara, disparou um tiro de revólver, errando o alvo e atingindo Caio, ferindo-o levemente no braço. Deverá responder por:

- a) Homicídio tentado contra Caio.
- b) Lesões corporais leves contra Caio.
- c) Homicídio tentado contra Tício.
- d) Lesões corporais culposas contra Caio.

**16.** O veículo oficial da Defensoria Pública é furtado após o estagiário devidamente autorizado estacioná-lo em via pública deixando as portas abertas e as chaves no contato. Nesse caso, incorre, em tese, no crime de

- a) peculato culposo.
- b) malversação de fundos públicos.
- c) gestão perdulária de bens e serviços públicos.
- d) dano ao patrimônio público.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**17.** O processo penal é um complexo de normas que regulam a aplicação do *jus puniendi*. Com base nos seus conhecimentos do Código de Processo Penal e da jurisprudência pátria marque a alternativa correta.

a) Apesar de divergências na doutrina, o STF entende não ser possível a habilitação de pessoa jurídica como assistente de acusação, quando reconhecida sua condição de vítima.

b) Segundo a jurisprudência do STJ, o assistente de acusação detém legitimidade para recorrer de decisão judicial que conceda a suspensão condicional do processo.

c) O acórdão absolutório combatido tempestivamente pelo assistente de acusação, não impede a formação de coisa julgada em favor do réu, ainda que o MP tenha perdido o prazo recursal.

d) A jurisprudência do STF já admitiu o duplo juízo de validade de uma mesma prova, através da "separação" dos efeitos da declaração de nulidade de uma mesma prova. Ou seja, admitiu que uma mesma prova seja declarada inválida para alguns investigados e que, por outro lado, seja utilizada contra outros.

**18.** A respeito do uso de algemas segundo o entendimento do STF, marque a alternativa correta.

- a) é uma excepcional e deve ser justificado de forma prévia, por meio oral ou por escrito.
- b) é restrito à prisão penal, sendo inadmitida na prisão cautelar, devido ao princípio da inocência.
- c) importará na responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade que o determinar, caso não haja justificativa.
- d) é lícita apenas nas situações de fundado receio de fuga e de perigo à integridade física de terceiros.



19. O processo penal deve respeitar o devido processo penal onde a forma também é a garantia para o acusado de processo. Para isso a Teoria Geral das Nulidades prevê que para um ato defeituoso ou imperfeito há uma sanção. Essa teoria é regida por princípios norteadores. A respeito deles marque a alternativa que **NÃO** corresponde a um de seus princípios.

- Princípio da Causalidade.
- Princípio do Interesse.
- Princípio da voluntariedade.
- Princípio do Prejuízo.

20. O art. 302 do Código de Processo Penal dispõe das hipóteses de flagrante. Nisso é possível considerar em flagrante delito quem

- é imediatamente reconhecido como autor do crime pela vítima.
- é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- é avistado em conduta que gera fundada suspeita, logo após o crime.
- cometeu a infração penal nas últimas 48h.

#### DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

21. Em relação a tutela coletiva em Juízo, é correto afirmar:

- Os direitos individuais homogêneos não podem ser objetos de tutela coletiva quando um número considerável de prejudicados ingressou com ações individuais, ainda que por outro fundamento ou causa de pedir.
- A condenação em honorários de sucumbência das associações civis somente é possível quando improcedente o pedido, ou na sucumbência recíproca, quando o pedido é julgado parcialmente procedente.
- A condenação em dinheiro será revertida a Fundo Especial, e, na ausência de sua criação pelo ente político competente, permanecerá o dinheiro aplicado em entidade oficial de crédito, para preservação e correção monetária do objeto da condenação pecuniária.
- A formação de litisconsórcio somente é possível para órgãos da mesma entidade política, sendo vedada a formação de litisconsórcio entre Defensoria Pública do Estado e Defensoria Pública da União.

22. Assinale a opção correta com referência ao Estatuto do Idoso e ao que ele dispõe.

- Apesar de exercer uma função protetiva em relação ao idoso, o referido estatuto não define um sistema claro de defesa dos interesses da pessoa idosa na condição de pessoa humana.

b) Todos os direitos reconhecidos ao idoso, incluída a gratuidade nos transportes coletivos urbanos e semiurbanos, aplicam-se aos indivíduos que alcancem sessenta anos de idade ou mais.

c) No tocante à defesa dos direitos dos idosos em juízo, guardam competência subsidiária em relação ao MP e à OAB a União, os estados, o DF e os municípios.

d) Entre os direitos reconhecidos legalmente ao idoso no domínio de suas faculdades mentais inclui-se o de ele optar pelo tratamento de saúde que julgar mais favorável.

23. A ação civil pública tem se mostrado, ao longo do tempo, importante instrumento na garantia de proteção a direitos difusos e coletivos. Dentre os objetos possíveis desta ação, **NÃO** se inclui:

- a proteção de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- a pretensão que envolva contribuições previdenciárias.
- a responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por infração da ordem econômica.
- a responsabilização por danos causados ao meio ambiente.

24. Em relação ao tratamento que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça dá à Relação de Consumo e aos conceitos de Consumidor e Fornecedor, marque a alternativa **INCORRETA**.

- Não incide o Código de Defesa do Consumidor nas relações jurídicas estabelecidas entre condomínio e condômino.
- O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos locatícios regidos pela Lei nº 8.245/91.
- O Código de Defesa do Consumidor não se aplica ao contrato de plano de saúde administrado por entidade de autogestão, por inexistir relação de consumo.
- O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

#### DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

25. As entidades públicas e privadas de atendimento, responsáveis pelo planejamento e execução de seus programas de proteção e socioeducativos, são diretamente fiscalizadas:

- pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
- somente pelo Ministério Público.
- pela comunidade, pelas organizações sociais e pelos Conselhos Tutelares.
- pelo Judiciário e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

26. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

a) Considere que um indivíduo tenha divulgado e publicado, pela Internet, fotografias pornográficas envolvendo crianças e que essa ação tenha ocorrido em cidade brasileira, mas o acesso ao material tenha-se dado além das fronteiras nacionais. Nesse caso, a justiça competente para o processo e o julgamento do feito será a estadual, pois o delito não se consumou no exterior.

b) Em se tratando de menor inimputável, inexistente pretensão punitiva estatal propriamente, mas apenas pretensão educativa, que é dever não só do Estado, mas da família, da comunidade e da sociedade em geral, conforme disposto expressamente na legislação de regência e na CF.

c) A internação provisória do menor não pode extrapolar o prazo de 60 dias estabelecido pelo ECA.

d) O instituto da prescrição não é compatível com a natureza não penal das medidas socioeducativas.

27. O direito de adolescentes e crianças manifestarem e terem levadas em consideração sua opinião e sua vontade em qualquer assunto ou procedimento que os afete é um dos pilares da doutrina da proteção integral. Por conta disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê expressamente:

a) a possibilidade de autorização judicial para trabalho de adolescente maior de doze anos que assim deseje, desde que sem prejuízo da escolarização.

b) a necessidade da concordância do adolescente e seu defensor como condição indispensável à aplicação da medida sócio-educativa de obrigação de reparar o dano.

c) o consentimento da criança (capaz de expressá-lo) e do adolescente como condição necessária ao deferimento da adoção.

d) o direito de a criança, sempre que possível, ser ouvida antes da decisão sobre qualquer modalidade de colocação em família substituta.

28. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e foi alterada pela Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Dessa forma, assinale a alternativa correta quanto ao que a lei considera a primeira infância.

a) Período que abrange o período de 1 (um) a 4 (quatro) anos de vida da criança.

b) Período que abrange os primeiros 2 (dois) anos completos ou 24 (vinte e quatro) meses de vida da criança.

c) Período que abrange os primeiros 3 (três) anos completos ou 36 (trinta e seis) meses de vida da criança.

d) Período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

#### DIREITOS HUMANOS

29. Questões culturais sempre marcaram o debate sobre o alcance e a aplicação dos Direitos Humanos. Segundo Boaventura de Sousa Santos: "todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepções de dignidade humana [...]. O reconhecimento de incompletudes mútuas é condição *sine qua non* de um diálogo intercultural."

2. As reflexões do autor estão relacionadas à defesa de uma concepção dos Direitos Humanos a partir do:

2 Disponível em <

<http://www.boaventuradesousasantos.pt/> >.

a) Relativismo cultural.

b) Multiculturalismo.

c) Constitucionalismo.

d) Universalismo.

30. O(A) \_\_\_\_\_, vinculado(a) a um dos integrantes da Associação Interamericana de Defensorias Públicas, será designado(a) para atuar em feitos perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos quando a(s) alegada(s) vítima(s) carecerem de patrocínio legal.

A alternativa que completa adequadamente a afirmação é:

a) Procurador(a)-Geral da República.

b) Advogado(a)-Geral da União.

c) Defensor(a) Público(a)-Geral Federal.

d) Defensor(a) Público(a) Interamericano(a).

31. Conforme posicionamento dominante, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que não forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, terão status:

a) Constitucional.

b) Supralegal, embora infraconstitucional.

c) Infralegal.

d) Legal.

32.

**Rosa de Hiroshima**

*Vinicius de Moraes*

Pensem nas crianças

Mudas telepáticas

Pensem nas meninas

Cegas inexas

Pensem nas mulheres  
Rotas alteradas  
Pensem nas feridas  
Como rosas cálidas  
Mas, oh, não se esqueçam  
Da rosa da rosa  
Da rosa de Hiroshima  
A rosa hereditária  
A rosa radioativa  
Estúpida e inválida  
A rosa com cirrose  
A anti-rosa atômica  
Sem cor sem perfume  
Sem rosa, sem nada

O poema Rosa de Hiroshima aborda o bombardeio atômico no Japão no contexto de encerramento da segunda guerra mundial. Sobre o fim do mencionado conflito bélico e suas repercussões nos Direitos Humanos é correto afirmar que:

- Os Direitos Humanos passam a ser vistos, após a segunda guerra mundial, como questões internas de cada Estado, alheias às orientações internacionais.
- A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 não tem qualquer relação com o evento segunda guerra mundial, pois relacionada a direitos de segunda dimensão (econômicos, sociais e culturais).
- O fim da segunda guerra mundial marca o surgimento dos direitos de primeira dimensão a nível global, direitos estes que são previstos no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, especialmente, no Protocolo de San Salvador.
- Os direitos de fraternidade/solidariedade, chamados também de direitos de terceira dimensão, emergem com especial importância após a segunda guerra mundial, dando-se proteção aos direitos da humanidade, independentemente da origem do sujeito.

#### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

**33.** São princípios institucionais da Defensoria Pública:

- Efetividade dos direitos humanos, estabilidade, independência funcional.
- Unidade, indivisibilidade, estabilidade.
- Afirmção do estado democrático de direito, indivisibilidade, efetividade dos direitos humanos.
- Unidade, indivisibilidade, independência funcional.

**34.** Dentre as afirmações abaixo, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- As Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa.
- A Defensoria Pública é instituição permanente.

- A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado.
- Lei ordinária prescreverá normas gerais para a organização das Defensorias Públicas Estaduais.

**35.** Qual dos itens abaixo é objetivo da Defensoria Pública?

- Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- A primazia da dignidade da pessoa humana.
- Exercer o controle externo da atividade policial.
- Patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública.

**36.** De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, se o defensor público estiver presente em audiência onde o juiz venha a proferir determinada sentença:

- O defensor público considera-se intimado da sentença na própria audiência, momento em que começa a computar o prazo para eventual recurso, não sendo necessário o envio dos autos para a repartição administrativa da Defensoria Pública.
- O defensor público considera-se intimado na própria audiência, mas eventual prazo para recurso só começará a transcorrer três dias após o ato, não sendo necessário o envio dos autos para a repartição administrativa da Defensoria Pública.
- A despeito da presença do defensor público na audiência, ele somente será considerado intimado mediante a entrega dos autos na repartição administrativa da Defensoria Pública, momento em que ocorre a sua intimação pessoal.
- A despeito da presença do defensor público na audiência, ele somente será considerado intimado mediante telefonema a ser dado pelo chefe do respectivo cartório, não sendo necessário o envio dos autos para a repartição administrativa da Defensoria Pública.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

**37.** De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale o item correto:

- Editais de concursos públicos não podem vedar a participação de candidatos que respondem a processo criminal.
- A ação de indenização por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo também parte legítima para a ação o autor do ato.
- A ausência de registro na ANVISA não impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial. Ademais, o Estado é obrigado a fornecer medicamentos experimentais.



d) A exigência de que candidato a cargo público se submeta a exame psicotécnico pode se dar apenas pelo edital do concurso público, não havendo necessidade de lei para tal.

**38.** De acordo com o Princípio da Continuidade do Serviço Público, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) O prestador do serviço público deve prestar o serviço adequadamente e em conformidade com as normas vigentes e, no caso dos concessionários, com respeito às condições do contrato de concessão.

b) A continuidade do serviço público não se coaduna com atividades administrativas descontínuas, desiguais ou imunes à evolução social.

c) Nos serviços públicos de necessidade relativa, o serviço pode ser prestado periodicamente, em dias e horários determinados pelo Poder Público, levando em consideração as necessidades intermitentes da população.

d) A continuidade do serviço público impõe que todos os serviços públicos (tanto os de necessidade absoluta como os de necessidade relativa) sejam prestados diariamente e em período integral.

**39.** De acordo com os poderes administrativos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Os poderes administrativos são prerrogativas instrumentais conferidas aos agentes públicos para que, no desempenho de suas atividades, alcancem o interesse público.

b) O poder de polícia da Administração Pública não possui autoexecutoriedade, ou seja, para que a Administração possa implementar os seus atos é necessária a manifestação prévia do Poder Judiciário.

c) O poder hierárquico confere uma série de prerrogativas aos agentes públicos hierarquicamente superiores em relação aos seus respectivos subordinados, tais como ordens, fiscalização, alteração de competências nos limites permitidos pela legislação, revisional, resolução de conflitos de atribuições e disciplinar.

d) No excesso de poder a atuação do agente público extrapola a competência delimitada em lei, enquanto no desvio de poder a atuação do agente público pretende alcançar finalidade diversa do interesse público.

**40.** Sobre atos administrativos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Os atos administrativos são espécies de atos jurídicos.

b) Os atos administrativos podem ser analisados a partir do plano da existência (elementos de estruturação dos atos), validade (compatibilidade

com o ordenamento jurídico) e eficácia (aptidão para a produção de efeitos jurídicos).

c) Os atos administrativos, em regra, devem ser editados sob a forma escrita. Em situações excepcionais, justificadas a partir do princípio da razoabilidade, os atos administrativos podem ser editados sob a forma não escrita.

d) O controle de legalidade do ato administrativo significa a verificação da conveniência e da oportunidade relativas ao motivo e ao objeto do ato administrativo.

FIM